

Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro

Samuel Frederico
UNESP – Rio Claro

p. 55– 70

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81077>

Como citar este artigo:

FREDERICO, S. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 55-70, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro¹

Samuel Frederico

Resumo

Este artigo analisa como as regiões produtoras de café no território brasileiro têm se adaptado aos imperativos da globalização. Desde a década de 1980, sob o signo da competitividade, difundido pela ideologia e pelas políticas neoliberais, as regiões cafeeiras têm se inserido de formas distintas no mercado mundializado. Diferentes condições de ordem natural, técnica e organizacional conferem uma *produtividade espacial* específica a cada região. Propomos, aqui, a análise de quatro regiões: oeste da Bahia, cerrado mineiro, sul de Minas e montanhas capixabas. As duas primeiras são áreas de cerrado, com relevo plano, intensa mecanização e predomínio de médias e grandes propriedades, e as duas últimas são áreas de montanha, com predomínio de pequena produção de base familiar.

Palavras-chave: Cafeicultura. Globalização. Regiões competitivas. Produtividade espacial. Território brasileiro.

Globalization, competitiveness, and regionalization: the global scientific coffee growing in the Brazilian territory

Abstract

This article aim to analyze how the coffee growing regions in Brazil have adapted to the imperatives of globalization. Under the sign of the competitiveness, spread by neoliberal ideology and policies since the 1980s, the coffee regions have been inserted in different ways in the global market. Natural, technical, and organizational conditions have conferred specific *spacial productivity* for each region. Thereby, we propose to analyze four regions: oeste da Bahia, cerrado

¹ Este artigo resulta de pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

mineiro, sul de Minas, and montanhas capixabas. While the first two regions are characterized as savannah areas with plain relief, intense mechanization and predominance of medium and large farms, the last two are mountain areas, with the predominance of small family-based production.

Keywords: Coffee production. Globalization. Competitiveness regions. Spatial productivity. Brazilian territory.

Introdução

O objetivo principal deste artigo é analisar como, no atual período da globalização (Santos, 2000; Harvey, 2004; Peck; Tickel, 2002), as regiões produtoras de café no território brasileiro têm se adaptado ao ideário da competitividade. Com a menor participação do Estado na regulação da produção, desde a década de 1980, as regiões cafeeiras têm se inserido de formas distintas no mercado mundializado. Diferentes condições de ordem natural, técnica e organizacional têm conferido uma *produtividade espacial* específica a cada região (Santos, 1996), resultando no aprofundando do desenvolvimento geograficamente desigual (Harvey, 2006; Smith, 2008;).

Apesar de as paisagens agrícolas monocultoras parecerem relativamente homogêneas, quando analisamos seu conteúdo, isto é, o espaço geográfico, elas se mostram muito distintas. Como afirma M. Santos (1996, p. 120), embora algumas plantações agrícolas apresentem um “ar de família”, devido à sua similaridade, cada área constitui uma situação geográfica particular (Silveira, 1999). Trata-se da combinação em cada região de diversos fatores: qualidade e quantidade das forças produtivas; relações de produção específicas; diferentes composições orgânicas do capital; relações de poder; normas próprias; *marketing* regional; eficiência logística e distâncias temporais; características fisiográficas; e heranças sociopolíticas.

Com relação ao café, o território brasileiro possui ao menos 12 regiões produtivas. Limitado pelo escopo deste artigo, analisaremos quatro regiões produtoras: oeste da Bahia, cerrado mineiro, sul de Minas e montanhas capixabas. As duas primeiras são áreas de cerrado, onde predominam médias e grandes propriedades, com cultura irrigada e colheita mecanizada. As últimas são caracterizadas por uma cafeeicultura de montanha, com predomínio da pequena produção de base familiar, com produção de sequeiro e colheita manual.

Antes da análise das regiões, a primeira parte do artigo trata da emergência e das principais características da cafeeicultura científica globalizada, a partir da década de 1990. Para em seguida, propor uma discussão sobre a noção de região competitiva agrícola e de produtividade espacial.

Cafeicultura científica globalizada e competitividade territorial

O atual período da globalização, entendido por Santos (1993; 2000), como o estágio supremo de internacionalização do modo de produção capitalista, se caracteriza pela indissociabilidade de pelo menos três importantes variáveis: a) a hegemonia da ideologia e das políticas neoliberais; b) o domínio da lógica financeira nas esferas pública e privada; c) e a centralidade da

informação. Contudo, estas variáveis só se tornam existências nos lugares, isto é, nos espaços de sua realização concreta. Como considera Santos (1993), as variáveis da globalização não se repartem uniformemente por todo o planeta, recriando, assim, uma geografia ainda mais desigual que a precedente. Trata-se daquilo que Smith (2008) e Harvey (2006) denominam de desenvolvimento geográfico desigual, isto é, a expressão espacial do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial.

Na tentativa de apreender a relação entre o universal e o particular, vejamos como os signos supracitados da globalização (neoliberalismo, financeirização e informação) se manifestam na produção cafeeira brasileira, levando à constituição daquilo que estamos denominando de *cafeicultura científica globalizada*. Isto é, a emergência de uma cafeicultura subordinada a parâmetros produtivos mundiais, e que recebe a influência das mesmas leis que regem os demais aspectos da economia globalizada (Santos, 2000).

a) Neoliberalismo

Para Peck e Tickel (2002, p. 34), o neoliberalismo “não é mais o sonho dos economistas de Chicago ou o pesadelo das imaginações das teorias conspiratórias de esquerda: se tornou o senso comum de nossos tempos”. Ele surgiu como uma concepção teórico-ideológica, nos EUA, na década de 1970; se transformou, uma década depois, nos governos Reagan e Thatcher, num projeto político-econômico; para se aprofundar e adquirir uma forma mais tecnocrática, difundindo-se por quase todo o planeta, a partir da década de 1990.

Para os autores, “a nova religião do neoliberalismo” combina um compromisso com a ampliação dos mercados, com a diminuição do Estado e com o imperativo da competitividade, nutrindo uma profunda antipatia a qualquer forma de projeto ou intervenção coletiva. O processo de neoliberalização é extremamente flexível - adaptando-se e reestruturando-se a cada crise que ele próprio provoca -, e possui efeitos variados, dependendo da atividade econômica e do território considerado. Com relação à dimensão espacial, vivencia-se um verdadeiro “imperativo dos localismos” (Brandão, 2007), em que lugares distintos comportam-se como se estivessem numa verdadeira guerra (Santos, 1999; Vainer, 2007), buscando atrair investimentos, aumentar a produtividade e diminuir custos.

Para a cafeicultura brasileira e mundial, o neoliberalismo não representou apenas o fim dos Acordos Internacionais do Café (AIC), em 1989, responsáveis pela regulação do mercado cafeeiro mundial, significou também o início de uma guerra fratricida entre países e regiões produtoras, em busca de fatias cada vez maiores de mercado.²

Com o fim dos AIC e a extinção de diversos institutos nacionais do café - como o Instituto Brasileiro do Café, em 1990 -, os preços médios pagos pelo café verde, assim como, a participação dos países produtores e cafeicultores no preço final do produto, alcançaram suas menores médias históricas. Contribuíram para a baixa dos preços: a extinção dos estoques reguladores em poder dos países produtores, e sua transferência para as *tradings*, localizadas

² Os AIC eram estipulados entre países produtores e importadores com o objetivo de definir cotas de exportação e importação, preços e quantidade de estoques. Durante sua vigência, entre as décadas de 1960 e 80, foram responsáveis pela elevação do preço médio do café verde, fazendo com que os países produtores e seus cafeicultores obtivessem o maior percentual histórico do valor final do produto, que chegou a ultrapassar 50%, na segunda metade da década de 1970 (Talbot, 2004).

nos países importadores; e o aumento da competitividade entre os países e regiões produtoras, que sem nenhum tipo de acordo coletivo deflagraram uma verdadeira guerra pelo aumento da produtividade, da quantidade produzida e do volume de café exportado.

Uma concepção liberal míope, dominante nas universidades brasileiras e empresas de consultoria para café, assevera como devemos nos preparar para ocupar o lugar dos Cafés Suaves colombianos no mercado internacional ou então do perigo da expansão das lavouras de Conilon vietnamita. E se regozijam quando a cafeicultura desses países enfrentam dificuldades, como no caso atual da Colômbia.

O que nossos acadêmicos e consultores não percebem é que os produtores colombianos e vietnamitas são tão vítimas quanto os pequenos produtores brasileiros. Dentro da lógica do livre mercado e da competitividade mundial, os únicos ganhadores são as grandes empresas torrefadoras e *tradings* que conformam um oligopólio, na venda do café torrado e moído, e um oligopsônio, na compra do café verde, respectivamente.

Como alegam Daviron e Ponte (2007), vivenciamos um verdadeiro “paradoxo do café”, isto é, um aumento do consumo e uma agregação de valor do café vendido diretamente ao consumidor final, enquanto há uma queda constante dos preços do café verde e da participação dos produtores no valor final do produto.

b) Financeirização

Como ressaltado anteriormente, associada às políticas neoliberais, a financeirização da economia também se constitui como uma das principais características do atual período da globalização. Para Harvey (2004) e Arrighi (1996), nos momentos de crise estrutural do capitalismo, como a que vivenciamos desde a década de 1970, uma grande quantidade de capital excedente busca incessantemente novas formas de valorização, como aquelas possibilitadas pelos investimentos e especulações financeiras. Como destaca Gorz (2004, p. 26), no atual período, a *lógica financeira* tem prevalecido sobre as lógicas econômicas, ao se autonomizar diante das sociedades e da economia real e ao impor suas normas de rentabilidade às empresas e aos estados.

No caso da cafeicultura, o fim dos AIC também permitiu o crescente aumento das especulações em bolsas de valores dos preços do café. No auge dos acordos interestatais, nas décadas de 1960/70, os negócios com contratos futuros de café eram tão baixos que os comerciantes que atuavam na Bolsa do Café de Nova York cogitavam, inclusive, em acabar com esse tipo de negociação. O regime de quotas e preços negociados entre os países produtores e consumidores diminuía de tal forma a instabilidade dos preços do café, que praticamente tornavam desnecessárias as vendas no mercado futuro (Talbot, 2004).

Sem nenhum tipo de intervenção estatal, as especulações no mercado futuro do café se tornaram um grande negócio. Por se tratar de uma cultura perene, com bianualidade nas safras e muito sensível a intempéries climáticas (seca, geada, granizo) e doenças (ferrugem), a cafeicultura possui grande instabilidade de preços, tornando-se atrativa para os especuladores. O grande volume de contratos de café negociados pelos agentes corporativos (*traders*, torrefadores, bancos, fundos de investimento) promove uma grande volatilidade dos preços em curto espaço de tempo. Quando há uma tendência de queda dos preços, os

contratos futuros são vendidos e recomprados novamente alguns meses depois a preços menores, possibilitando, aos agentes corporativos, a obtenção de uma margem de lucro puramente especulativa.

Não obstante, as oscilações de preços provocadas pela jogatina no mercado financeiro têm um impacto direto no mercado físico. Segundo Talbot (2004, p. 113), atualmente são os especuladores que controlam o mercado internacional de café, fazendo com que os contratos de papel direcionem o preço do café físico.

c) Informação

Não foi apenas a regulação corporativa, proveniente da adoção e da difusão das políticas neoliberais, que possibilitou a crescente especulação no mercado futuro de café. As ações e políticas precedentes não seriam possíveis – com tamanha intensidade e profusão –, sem o uso das técnicas da informação. O desenvolvimento das redes geográficas (Santos, 1996; Dias, 1995) de produção e transmissão da informação, como as redes telemáticas - oriundas da união entre as telecomunicações (via ondas ou cabos) e a informática (computadores) -, também teve um papel significativo no aumento das operações especulativas no mercado futuro e consequentemente na volatilidade do preço físico do café. Atualmente, as negociações de café nas principais bolsas de valores são feitas eletronicamente e de maneira concomitante por agentes localizados em diferentes países.

Com a possibilidade da transmissão instantânea de informações, os eventos que afetam os preços do café tornaram-se conhecidos de forma mais ou menos simultânea pelos diferentes agentes do mercado. A informação sobre uma safra recorde no Brasil ou um incidente político na Colômbia pode criar grande volatilidade nas cotações, porque os operadores dos mercados futuros podem começar a comprar ou a vender de uma só vez seus ativos, promovendo uma elevação ou queda do seu valor em curto prazo.

Contudo, as tecnologias da informação não são usadas apenas nas negociações de mercado, elas estão presentes também na produção propriamente dita. Essa é a terceira característica - ao lado das políticas neoliberais e da financeirização do mercado -, da cafeicultura científica globalizada. Grande parte dos sistemas técnicos oriundos do paradigma da Revolução Verde e difundidos na cafeicultura brasileira, a partir da década de 1960, foi aperfeiçoada ou substituída com o advento das novas tecnologias da informação, desde a última década do século XX. A associação entre a informática e as telecomunicações, além de permitir o controle remoto da produção, redefinindo a autonomia e a hierarquia regional, também viabilizou o desenvolvimento de novos sistemas técnicos agrícolas como: a biotecnologia, a agricultura de precisão, o monitoramento de riscos climáticos e a criação de bancos de dados.

Os eventos supracitados de ordem técnica e política (neoliberalismo, financeirização e informação) denotam a emergência da cafeicultura científica globalizada, que se expressa geograficamente pelo aprofundamento da especialização produtiva regional. As regiões cafeeiras, que naturalmente se diferenciavam pelas suas características climáticas e morfológicas - que interferem diretamente na qualidade da bebida -, passaram a se distinguir ainda mais com o desenvolvimento de novos sistemas técnicos e normativos adaptados às suas particularidades

produtivas e fisiográficas. Trata-se da constituição de regiões competitivas agrícolas, subordinadas aos ditames de mercados longínquos (nacionais e/ou internacionais) e caracterizadas pela reunião de grande densidade técnica e normativa (Castillo; Frederico, 2010).

Região competitiva e produtividade espacial

A modernização e a expansão da produção agrícola no território brasileiro têm levado à constituição de *regiões competitivas* (Castillo, 2008), especializadas na produção de determinadas *commodities* agrícolas, que passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de fatores produtivos que conferem uma maior eficiência produtiva e uma integração competitiva desses produtos e regiões, sobretudo, aos mercados internacionais.

Segundo Gorz (2004, p. 20), o “imperativo de competitividade” coincide com a emergência da lógica liberal a partir da década de 1970, como uma necessidade do capital de se libertar da dependência do Estado, num momento do capitalismo de tendência a taxas decrescentes de lucro e crescente financeirização da economia. Para o autor, trata-se de colocar o Estado e o território a serviço da competitividade das empresas em escala mundial, aceitando a supremacia das “leis do mercado”.

Esse “imperativo” foi fortemente difundido na formação sócio-espacial brasileira (Santos, 1977), sobretudo, a partir da década de 1990, com a adoção das políticas neoliberais e o consequente afrouxamento do poder regulatório do Estado. Como demonstra Castillo (2008, p. 408), a “competitividade” trata-se de um novo “ideário”, que substituiu e, em certa medida, se articulou a outros ideários anteriores, como o “progresso” e o “desenvolvimentismo”, e que, “pouco a pouco, deixa de ser um emblema somente das empresas, perpassa toda a sociedade e torna-se também atributo dos lugares, das regiões e dos territórios”.

A noção de *região competitiva* vincula-se ao processo conjunto de “globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (Santos, 1998, p. 16), que ocorre de forma paralela e contraditória. Inicialmente, como afirma Smith (2008, p. 151), a divisão territorial do trabalho era condicionada pelos fatores naturais, mas com o avanço da técnica, o peso das disposições naturais diminui ao passo em que aumenta a importância da localização dos fatores de produção, socialmente construídos. Da mesma forma, Santos (1993) afirma que a atual possibilidade de transferir à distância produtos, informações e ordens, implica, necessariamente, especializações produtivas mundialmente solidárias. Como salienta o autor (1993, p. 73), “os lugares têm a tendência a se especializar tanto no campo como na cidade, estando esta especialização mais ligada às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais”.

Dessa forma, como propõe Santos (1993; 1996), pode-se falar em *produtividade espacial*, isto é, na distinta capacidade que um determinado subespaço possui de rentabilizar uma produção. Para o autor, as regiões se distinguiriam pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, de acordo com suas condições de ordem natural (solo, clima, relevo), técnica (infraestruturas, máquinas, logística) e organizacional (impostos, relações trabalhistas, normas locais). Não se trata de um valor absoluto da região, mas refere-se a uma ou a um conjunto de atividades. Tal produtividade é sempre temporária, pois, como afirma Harvey (2006), assim como há uma *destruição criadora* na economia estimulada pela concorrência e inovação, existe também uma *destruição criativa do espaço*, isto é, uma superação constante de uma região por outra, decorrente do estabelecimento de um novo padrão de produtividade e rentabilidade.

Assim, a exigência de se tornarem competitivas leva a uma crescente especialização regional produtiva. As regiões tornam-se cada vez mais diferenciadas entre si, na medida em que aumenta as relações de troca estabelecidas pela economia mundializada. Não são apenas as empresas que buscam as localidades mais rentáveis, mas são também as regiões – por meio de governos e instituições locais –, que procuram atrair investimentos e reter aqueles já existentes (Santos, 1996; 1999; Smith, 2008). Deflagra-se assim, uma verdadeira “guerra de lugares” (Santos, 1999; Vainer, 2007) em busca de investimentos e do reconhecimento da região como moderna e eficiente.

A análise das diferentes condições de ordem natural, técnica e organizacional permite demonstrar como as regiões cafeeiras brasileiras têm respondido aos ditames do imperativo mundial da competitividade. Para isso, selecionamos quatro regiões, duas em áreas de cerrado e duas em áreas de montanha: oeste da Bahia e cerrado mineiro; sul de Minas e montanhas capixabas, respectivamente.

A cafeicultura de cerrado

A partir da década de 1970, a cafeicultura se expandiu em áreas de cerrado, devido à associação de dois fatores: as políticas de incentivo à expansão da fronteira agrícola moderna e a política de renovação e racionalização da cafeicultura. Enquanto as políticas estatais implantavam as infraestruturas (armazéns, rodovias, eletrificação) e forneciam o crédito necessário à expansão da fronteira agrícola moderna em áreas de cerrado, a política de renovação e revigoramento da cafeicultura (PRRC) foi responsável pela remoção dos cafeeiros considerados improdutivos – localizados nas regiões tradicionais – e pela implantação de novas variedades sensíveis ao uso de insumos químicos e mecânicos, em áreas consideradas mais apropriadas, como aquelas de menores riscos climáticos (Ortega; Jesus, 2011).

Naquela época, a região aqui denominada cerrado mineiro possuía poucas rugosidades (Santos, 1996), isto é, heranças físico-territoriais e sociopolíticas, o que facilitou a expansão da cafeicultura em médias e grandes propriedades, em substituição à vegetação original e à pequena produção de subsistência (Ortega; Jesus, 2011). Se por um lado a topografia plana facilitou a mecanização e a produção em larga escala, por outro lado, a presença de solos ácidos e pobres em nutrientes exigiu o uso intensivo de adubos químicos e fertilizantes. Todavia, com o crédito fornecido pela PRRC e o uso dos sistemas técnicos provenientes do paradigma da revolução verde, o cerrado mineiro tornou-se a região cafeeira de maior produtividade, até ser superada pelo cerrado baiano na década de 1990.

Aproveitando-se da experiência acumulada no cerrado mineiro, alguns cafeicultores mais capitalizados compraram terras no oeste da Bahia, a partir da última década do século XX, aumentando ainda mais sua produtividade e escala de produção. Novamente, a disponibilidade de fundos territoriais³ (Moraes, 2000) e as poucas rugosidades (Santos, 1996) permitiram a rápida difusão de uma cafeicultura intensiva em capital e tecnologia, que utiliza os sistemas técnicos agrícolas mais modernos.

3 Os fundos territoriais referem-se a áreas de reserva: extensões territoriais passíveis de serem incorporadas ao modo de produção dominante.

O cerrado mineiro

A região aqui denominada de cerrado mineiro corresponde à reunião de 55 municípios produtores de café, localizados entre as mesorregiões do IBGE do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e noroeste de Minas. No ano de 2012, a região reunia cerca de 3,5 mil produtores, numa área plantada de aproximadamente 170 mil hectares, equivalente a 8,5% da área plantada com café no território brasileiro, com uma produção pouco superior a seis milhões de sacas/ano (12% do total brasileiro), com produtividade de aproximadamente 35 sacas/hectare, acima da média estadual de 26 sacas/hectare e nacional de 24 sacas/hectare (ABIC, 2012).

Com relação à estrutura fundiária, Ortega e Jesus (2011), baseados nos dados do censo agropecuário 2006, demonstram o caráter excludente da cafeicultura do cerrado. Enquanto a média do país do tamanho dos estabelecimentos agropecuários era de 63,75 ha, no cerrado mineiro era de 144,13 ha. Ao separar os estabelecimentos entre produtores familiares e patronais, as desigualdades na região se tornam ainda mais evidentes. Enquanto no estado de Minas Gerais, o tamanho médio dos estabelecimentos familiar e não familiar é de cerca de 20 ha e 200 ha, respectivamente, no cerrado mineiro é de 39 ha para a agricultura familiar e 395 ha para a patronal. A elevada produtividade média e o tamanho relativamente grande, sobretudo, das propriedades patronais, são sinais do uso intensivo de sistemas técnicos agrícolas (biológicos, químicos e mecânicos) e de capitais.

Segundo o projeto Campo Futuro (2011), coordenado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA – Café), a propriedade típica da região do Cerrado Mineiro possui manejo mecanizado e cultivo não irrigado. De acordo com dados do Projeto, para o ano de 2011, cerca de 70% do café produzido na região de Patrocínio (principal município produtor de café do cerrado mineiro) era colhido mecanicamente, o que corrobora com as pesquisas feitas por Ortega e Jesus (2011) sobre o crescimento acentuado da mecanização da cafeicultura na região desde a década de 1990.

Com relação aos custos de produção, também para o ano de 2011, os insumos (corretivos, fertilizantes e defensivos) representaram 40% do total, seguido pelos gastos gerais (administrativos, energia, assistência técnica, transporte, serviços gerais etc.) com 31%, mão de obra (salários e encargos) com 16% e mecanização com 13%. Dentre as regiões aqui consideradas (oeste da Bahia, sul de Minas e montanhas capixabas), o cerrado mineiro foi a que apresentou o maior dispêndio relativo com a mecanização da produção (R\$ 34,29/saca, em 2011), acima inclusive do oeste da Bahia, que apesar de ser a região de uso mais intensivo de maquinário, apresenta uma maior produtividade (sacas/ha), o que diminui a participação dos gastos com mecanização por saca produzida, como analisado a seguir.

Apesar de o custo total da produção de R\$ 310,50 por saca não estar entre os menores dentre as regiões analisadas pelo CNA – Café, a região do cerrado mineiro possui um dos maiores preços médios pagos ao produtor por saca. Em 2011, o valor obtido no mercado físico da região para o café Tipo 6 Bebida Dura foi de R\$ 464,23, o que gerou uma margem líquida (subtração do preço de venda pelo gasto de produção) de R\$ 153,73. Além da qualidade material do café produzido, a forte organização dos produtores tem papel central na obtenção de preços relativamente elevados para o café.

A organização dos produtores em associações e cooperativas pode ser considerada a principal característica distintiva da região do cerrado mineiro. Enquanto as primeiras são responsáveis pela organização e ação coletiva dos produtores, as cooperativas respondem pela comercialização da produção. As associações de produtores surgiram na década de 1980, como uma alternativa menos burocrática, mais flexível e ágil, quando comparada às cooperativas, presentes em outras importantes regiões produtoras de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Na década de 1990, foi criado o Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado – Caccer (atual Federação dos Cafeicultores do Cerrado) com o objetivo de congregar as associações e coordenar a marca Café do Cerrado. Atualmente, além de ter sido responsável pela criação do registro de denominação de origem do café do cerrado mineiro, a Federação possui um banco de dados sobre a cafeicultura regional, busca novas formas de comercialização do café, além da promoção e divulgação do nome da região.

A Federação também foi a responsável pelo desenvolvimento do sistema de certificação de café, que tem como objetivo garantir a origem, a qualidade e a rastreabilidade dos grãos. O sistema funciona através da fixação de um código de barras nas sacas de café que permite identificar os dados do produtor e do produto desde o talhão da propriedade até à torrefação e a moagem.

Contudo, durante pesquisa de campo realizada em 2011, apenas 200 propriedades, num universo de aproximadamente 4.500, estavam habilitadas a vender café com o uso da denominação de origem, e somente 100 mil sacas, num total de cinco milhões, eram negociadas com o código de barras, isto é, com a garantia da rastreabilidade e da qualidade do produto. Ou seja, apesar de a região do cerrado mineiro ter o melhor *marketing* regional e alcançar os melhores preços médios no mercado físico, ainda é restrito o número de produtores que se insere de forma efetiva em todos os mecanismos de negociação criados pelas associações e cooperativas regionais. Na verdade, os grandes produtores patronais são os principais beneficiados pelo *marketing* regional e pelos diferentes mecanismos de negociação promovidos pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

Oeste da Bahia

Apenas quatro municípios conformam a região cafeeira do oeste da Bahia: Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério e Cocos. Na região existem apenas 36 produtores, numa área plantada de pouco mais de 15 mil hectares, média de pouco mais de 400 hectares por produtor (Abacafé, 2012). Trata-se, portanto, de grandes produtores que podem ser subdivididos em três grupos: a) grandes produtores individuais; b) grupos empresariais nacionais e internacionais; c) empresas internacionais controladas por grandes grupos financeiros.

No primeiro caso são produtores provenientes em sua maioria de outras regiões produtoras, principalmente dos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, que possuem uma longa história familiar vinculada à cafeicultura e que começaram a chegar à região a partir da segunda metade da década de 1990. No segundo, são empresas que possuem seu capital investido em diversos segmentos da economia, cuja cafeicultura não representa o principal ramo de investimento. Por fim, é cada vez mais recorrente a presença de empresas internacionais controladas por grandes grupos financeiros.⁴

⁴ Caso emblemático é o da empresa Adecoagro, empresa de capital aberto na Bolsa de Nova York (NYBOT), que tem como principal acionista a Soros Fund Management LLC (pertencente ao empresário George Soros) (62%), seguido pela Qatar Holding LLC (unidade de investimentos do fundo soberano do Qatar) (38%).

Apesar de o café ocupar uma área relativamente pequena e de nem ao menos estar entre as principais atividades agrícolas da região (dedicada principalmente à soja e ao algodão), ele possui uma grande área “disponível” para a sua expansão. Segundo a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba, 2011), ainda existe na região cerca de 1,3 milhão de hectares de áreas de Cerrado passíveis de serem ocupadas pela agricultura moderna.

A cafeicultura do oeste da Bahia possui a maior produtividade média dentre as regiões produtoras brasileiras. O relevo plano, as temperaturas elevadas e a grande luminosidade somada à irrigação por pivô central e a completa mecanização dos tratamentos culturais e da colheita fazem com que a produtividade ultrapasse 40 sc/ha, enquanto a média nacional é de 24 sc/ha. Além da elevada produtividade, a primeira colheita é realizada com apenas 18 meses, enquanto nas demais regiões a média é de três a quatro anos (Abic, 2012).

O uso intensivo de sistemas técnicos modernos exige elevados investimentos para implantação e manutenção da lavoura. Se, por um lado, o baixo preço das terras, principalmente nas áreas onde ainda predomina a vegetação de cerrado, é um fator de atração e estímulo à expansão da cafeicultura, por outro, a necessidade de grandes investimentos iniciais (em torno de R\$ 25 mil/ha até a primeira colheita)⁵ restringe a prática da cafeicultura a grandes produtores e grupos empresariais.

Segundo dados do Projeto Campo Futuro (2011), no oeste da Bahia, os gastos com insumos químicos representam metade dos custos totais, o maior percentual dentre todas as regiões cafeeiras brasileiras, enquanto os gastos com mão de obra, que nas regiões de montanha representam mais de 50% do custo total, não chegam a 10%. O uso intensivo de tecnologia também resulta em boa qualidade do café produzido, cerca de 80% do total alcança o padrão exportação (tipo 6 bebida dura).

A forte racionalidade que preside a produção no oeste da Bahia fez com que o custo médio por saca fosse de apenas R\$ 198,71, (o menor entre as regiões produtoras para o ano de 2011), e a média das cotações da saca de café tipo 6 bebida dura fosse de R\$ 500,00, resultando numa margem líquida de R\$ 222,24, a maior entre as regiões produtoras.

Cafeicultura de montanha

As principais regiões produtoras de café Arábica localizam-se nas áreas montanhosas da faixa intertropical do planeta. As plantas dessa espécie são sensíveis à altitude e às condições edafoclimáticas, preferindo terrenos entre 800 a 2.500 metros e com temperaturas amenas, entre 18° e 23°C. O predomínio do plantio de montanha torna o café uma *commodity* singular: dificulta a produção em larga escala, devido à dificuldade de mecanização, e permite a reprodução e a inserção de pequenos produtores de base familiar no mercado mundial. A produção familiar representa a maioria esmagadora da cafeicultura praticada em todo o mundo, são cerca de 25 milhões de produtores espalhados por mais de 50 países (TCC, 2012).

No Brasil, a maioria dos produtores e da produção de café também é proveniente das áreas montanhosas, principalmente, dos estados de Minas Gerais (sul de Minas e Zona da

⁵ Informação obtida em entrevista com agrônomos locais. Só os pivôs centrais, que irrigam uma área de 100 ha cada, custavam em média R\$ 500 mil, em 2011.

Mata) e do Espírito Santo (montanhas capixabas). Apesar de essas regiões produzirem café desde a segunda metade do século XIX, foi a partir da década de 1970, que elas se transformaram em grandes produtoras.

Fatores repulsivos e atrativos contribuíram para a expansão e a consolidação da cafeicultura nas áreas de montanha a partir daquela década. Se, por um lado, fatores climáticos adversos (geadas no Paraná), a elevação da renda da terra e a concorrência com outras culturas (como a soja, cana-de-açúcar e laranja) contribuíram para a diminuição da produção cafeeira nos estados do Paraná e de São Paulo; por outro lado, condições edafoclimáticas favoráveis, preço da terra relativamente baixo, disponibilidade de mão de obra, falta de alternativas mais rentáveis e o apoio técnico e financeiro das políticas estatais estimularam a expansão da cafeicultura nas regiões montanhosas do sul de Minas e do Espírito Santo.

Sul de Minas Gerais

O sul de Minas é a maior região brasileira produtora de café. Na safra 2011/12, os 117 municípios da região produziram 13,6 milhões de sacas, equivalentes a pouco mais da metade da produção estadual e cerca de 30% da produção nacional. A região possui uma área cultivada de 518 mil hectares, em 37 mil propriedades, com 80% destas com área inferior a 50 hectares e área plantada média de 12 hectares, o que caracteriza o predomínio da pequena propriedade (Abic, 2012).

Uma das principais características distintivas do sul de Minas é a reunião de grande diversidade de sistemas técnicos e organizacionais vinculados à cafeicultura. Nenhuma outra região possui tantas cooperativas, órgãos estatais, centros de pesquisa e extensão rural, armazéns, corretores, transportadores, beneficiadores, certificadores, consultores, exportadores, bancos de crédito, eventos e feiras dedicados ao café. A região possui também uma Estação Aduaneira do Interior (Eadi), localizada na cidade de Varginha, criada com o intuito principal de exportar a produção de café da região. As exportações de café fazem com que o município seja o terceiro maior exportador do estado de Minas Gerais, com um valor de R\$ 1,7 bilhão, em 2010, atrás somente dos municípios exportadores de *commodities* minerais de Itabira e Ouro Preto (CCCMG, 2012).

A região possui também as duas empresas pioneiras na exportação de cafés especiais – a Bourbon Speciality Coffee, em Poços de Caldas, e a Carmo Coffee, em Carmo de Minas –, o que ressalta outra importante característica regional que é a produção de cafés de qualidade superior e certificados (*gourmet*, *fairtrade*, orgânico). No ano de 2012, dos 24 vencedores do *Cup of Excellence*, principal concurso nacional de qualidade de café, 19 eram provenientes do sul de Minas, sendo que 18 eram dos municípios de Carmo de Minas, Olímpio Noronha e Dom Viçoso (Cup of Excellence, 2012), que conjuntamente com outros 19 municípios vizinhos receberam, em 2011, o registro de indicação de procedência para café denominado Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais.

O sul de Minas também se destaca pelo grande número e importância dos centros de pesquisa e extensão rural dedicado à cafeicultura. O município de Lavras (MG) pode ser considerado o principal polo nacional de pesquisa, desenvolvimento e extensão ligado à cafeicultura. Desde a década de 1990, a atuação da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em parceria com outras

instituições como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epmig), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), a fundação Procafé e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (filiais Machado e Muzambinho), tem sido de fundamental importância para a modernização da cafeicultura regional. Atualmente, a área de cafeicultura da UFLA reúne: o Polo de Excelência de Café (responsável pela articulação dos agentes do setor), o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão do Agronegócio Café (que atua na pesquisa e formação de profissionais em cafeicultura), o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café (desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Consórcio Pesquisa Café), o Polo de Tecnologia em Qualidade do Café (pesquisa, ensino e extensão) e a Revista Coffee Science (única revista brasileira especializada em cafeicultura), além de ser responsável pelo Circuito Sul-Mineiro de Cafeicultores (maior ação extensionista para café do Brasil).

Apesar de possuir o maior sistema técnico-organizacional para cafeicultura do país, o custo de produção do sul de Minas supera o das regiões de cerrado. O relevo acidentado e o predomínio da pequena produção de base familiar dificultam a mecanização e a obtenção de ganhos de escala como ocorre nas áreas de cerrado. No sul de Minas, quase 50% do custo operacional total da produção é com a mão de obra, principalmente, durante a colheita, enquanto no cerrado fica em torno de 10%. Contudo, o uso intensivo de mão de obra enfatiza a importância da cafeicultura para o mercado de trabalho regional. Estima-se que ela seja responsável por aproximadamente 700 mil postos de trabalho e pague 1,7 milhão de salários-mínimos só na colheita a cada ano.

Montanhas capixabas

O Espírito Santo é o segundo maior estado brasileiro produtor de café, atrás somente de Minas Gerais. Como relatado anteriormente, apesar de sua origem centenária, a cafeicultura capixaba somente alcançou essa posição a partir da década de 1970, com a renovação do café Arábica e a expansão das lavouras da variedade Conilon. Na safra 2010/11, o estado produziu pouco mais de 11,5 milhões de sacas, sendo 8,5 milhões de sacas de café Conilon, em cerca de 300 mil ha, e aproximadamente três milhões sacas da espécie Arábica, em quase 200 mil ha. O estado é o principal produtor de café Conilon, com 76% do total da produção brasileira, e o terceiro maior produtor da espécie Arábica, com aproximadamente 10% do total (Abic, 2012).

Praticamente todos os municípios do Espírito Santo produzem café. A cafeicultura é a principal atividade econômica em 80% dos 78 municípios capixabas, representando mais de 40% do valor bruto da produção agrícola do estado. A produção é predominantemente familiar, com tamanho médio das lavouras de 4,8 ha para o café Arábica e 9,4 ha para o Conilon. No total, 131 mil famílias estão envolvidas somente na produção propriamente dita, em 60 mil propriedades, com a geração anual de cerca de 400 mil empregos diretos (tratos culturais, colheita e pós-colheita) (Incaper, 2012).

Enquanto o Conilon é cultivado em regiões de temperatura mais elevada, com média de 26 °C, e altitudes de até 500 m, características predominantes nas áreas litorâneas e ao norte do estado, o café Arábica é adaptado às regiões acima de 800 m, com temperatura média de 20 °C. A última espécie é cultivada em 43 municípios, em cerca de 20 mil estabelecimentos agrícolas, localizados principalmente na região montanhosa do estado, próximo à divisa com Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Apesar do sensível aumento da produtividade e da melhoria qualitativa do café Arábica capixaba na última década, estes indicadores ainda estão muito aquém daqueles alcançados por outras regiões brasileiras. Os esforços empreendidos pelo Estado, através das instituições públicas de pesquisa e extensão rural e governos municipais e estadual, têm resultado no crescimento significativo da produtividade - que passou de apenas cinco sacas/ha, em 1997, para uma média de 15 sacas/ha, em 2011. Todavia, a inércia produtiva faz com que as montanhas capixabas ainda obtenham os menores índices produtivos e qualitativos dentre as regiões produtoras de Arábica no território brasileiro, o que resulta em baixos preços recebidos pelos produtores (o menor entre as regiões produtoras de Arábica) e custos relativamente elevados por saca produzida.

Em agosto de 2011, por exemplo, enquanto o preço médio da saca de café Arábica estava em torno de R\$ 400,00 (maior média dos últimos dez anos), os produtores do município de Lúna (principal município produtor da região) receberam um valor médio inferior a R\$ 250,00, menor do que o custo de produção, que naquele mês ficou em torno de R\$ 320,00. Mesmo num momento de preço alto do café, a cafeicultura das montanhas capixabas continuou deficitária (CNA, 2011). O baixo preço recebido pelos produtores também é decorrente de sua subordinação aos atravessadores (corretores) locais que compram o café sem nenhuma diferenciação, pagando preços bem inferiores aos cotados pelo mercado. Daí o estímulo à organização dos cafeicultores em associações e cooperativas ser um dos principais temas atuais da cafeicultura regional.

Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi caracterizar, ainda que de forma resumida, quatro das regiões produtoras de café mais importantes do território brasileiro. Dentre todas as *commodities* agrícolas, o café tem as diferenças regionais mais acentuadas, devido a fatores como condições fisiográficas (cerrado ou montanha), qualidade do produto, produtividade e custos de produção, estrutura fundiária, mecanização, uso de mão de obra, organização dos produtores e atuação de cooperativas, associações e instituições estatais e setoriais.

Se a preocupação principal é com os mais vulneráveis, isto é, com a pequena produção de base familiar, é preciso conceber ações em diferentes escalas. Numa perspectiva mais ampla, é evidente que os cafeicultores, sobretudo os pequenos, foram os principais prejudicados com o fim dos Acordos Internacionais do Café (AIC), pois, além de reduzir o percentual recebido pelo produtor sobre o valor final do produto, o fim das cotas de exportação e do tabelamento dos preços possibilitou o aumento das especulações no mercado futuro, acentuando a volatilidade e deprimindo os preços no mercado físico. As empresas transnacionais passaram a reter os estoques de café, antes em poder dos estados produtores, que viram ainda mais reduzido seu poder de regulação. A ação coletiva dos estados produtores, no âmbito da Organização Internacional do Café, e a formação de estoques reguladores poderiam atenuar a volatilidade e a depressão dos preços pagos aos produtores.

Com relação ao território brasileiro, é premente a necessidade de se pensarem políticas regionalizadas, cuja preocupação principal seja a pequena produção de montanha. Como observado anteriormente, a cafeicultura de montanha apresenta menor produtividade e maior

custo de produção por saca que as regiões de cerrado, além da presença majoritária de produtores pouco capitalizados. Muitos analistas consideram que a solução para a cafeicultura de montanha seria aproveitar seu *terroir* e produzir cafés especiais (orgânico, sombreado, gourmet, *fairtrade*, com certificação ambiental e de origem). De fato, deve-se estimular e dar condições para que os pequenos produtores consigam produzir cafés que alcancem preços superiores à *commodity*, mas essa não pode ser a única política, uma vez que o mercado de cafés especiais também tem certos problemas: constitui-se como um nicho de mercado reduzido, impossibilitando a entrada de todos os produtores; há um risco iminente de recomoditização dos cafés especiais, com a apropriação desse mercado pelas grandes corporações; e, apesar dos preços superiores, a referência continua sendo o preço do café convencional (C) cotado pela Bolsa de Nova York.

O que poderia compensar os diferentes custos de produção seria a criação de uma política regionalizada de preços mínimos, pois, por exemplo, em 2011, preços em torno de R\$ 300,00 por saca eram rentáveis para o oeste da Bahia e grande parte dos produtores do cerrado mineiro, mas estavam abaixo dos custos de produção das regiões de montanha. Outra questão importante é a centralidade e o controle dos *fluxos* materiais e imateriais. Enquanto os produtores mais capitalizados, principalmente dos cerrados, têm mais acesso à informação e conseguem comercializar sua produção diretamente com compradores no exterior, a maioria dos pequenos produtores de montanha continuam subordinados a uma série hierárquica de atravessadores. Daí a necessidade de se pensarem políticas públicas que reconheçam e procurem minimizar a vulnerabilidade dos pequenos produtores com relação ao acesso à informação, ao crédito, aos meios de transporte, à distribuição e à comercialização.

Tais propostas decorrem do reconhecimento das desigualdades regionais e de poder estabelecidas na produção cafeeira. Ao contrário do dogma neoliberal, que apregoa a competitividade, desqualifica a atuação do Estado e trata como adversários os produtores de outros países, uma política consequente deve ter como pressuposto principal o estímulo à atuação coletiva dos cafeicultores, a cooperação entre regiões e países produtores e o reconhecimento do Estado como importante articulador dos agentes e regulador do mercado.

Referências

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – ABIC. *Estatísticas: produção agrícola*, 2012. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – ABIC. *Indicadores da Indústria de Café no Brasil*, 2012. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA – Aiba. *Anuário da Região Oeste da Bahia*. Safra 2010/11, 2011. Disponível em: <aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/anuario_oeste_bahia_2011.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- CASTILLO, R. Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, M. P. et al. (Orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Anpege/Clacso/Faperj/Lamparina, 2008. p. 401-410.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, Fortaleza, CE, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. *Relatório dos custos de produção das regiões cafeeiras*. Brasília, DF, 2011.
- DAVIRON, B.; PONTE, S. *The Coffee Paradox: Global Markets, Commodity Trade and the Elusive Promise of Development*. London: Zed Books, 2007.
- DIAS, L. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- HARVEY, D. *Limits to Capital*. London/New York: Verso, 2006.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – Incaper. *Setores do agronegócio: café, 2012*. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores03.htm>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do café do cerrado. *Política & Sociedade*, v. 10, p. 305-330, 2011.
- PECK, J.; TICKEL, A. Neoliberalizing space. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and West Europe*. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2002. 33-57 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- _____. Guerra dos lugares. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 8 ago. 1999.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1998.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, 1977.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Los espacios de la globalización. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, n. 13, p. 69-77, 1993.

- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.
- SMITH, N. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Athens/London: The University of Georgia Press, 2008.
- TALBOT, J. M. *Grounds for Agreement: The Political Economy of the Coffee Commodity Chain*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, INC. 2004.
- TROPICAL COMMODITY COALITION – TCC. *Coffee Barometer*, 2012. Disponível em: <http://www.newforesight.com/sites/default/files/newforesight/TCC_CoffeeBarometer2012.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013.
- VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém. *Anais...* Belém: Anpur, 2007.